



ACTUALIDADES

por FILIPA CARDOSO

Apemeta

As "energias renováveis aumentaram significativamente a eficiência energética do país"

A eficiência energética e as energias alternativas foram postas em discussão numa conferência organizada pela APEMETA a 6 de Junho. Com a presença de nomes como o de Escada da Costa ou Eduardo de Oliveira Fernandes, o encontro terminou com a evidência da necessidade da racionalização dos consumos e das energias renováveis, mas também de um planeamento estratégico adequado.

APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais - organizou, a 6 de Junho, uma conferência dedicada ao tema "Eficiência energética e energias alternativas", no auditório da Agência Portuguesa para o Ambiente em Lisboa. Na sessão da abertura, o encontro contou com o director-geral de Energia, José Escada da Costa, que reforçou a eficiência energética como a prioridade para o actual Governo. "A eficiência energética é a pedra de toque da actual política energética", afirmou o responsável, fazendo referência à revisão dos Planos Nacionais de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) e para as Energias Renováveis (PNAER), que estavam na altura em consulta pública. "A linha de direcção futura terá de ser readaptada com uma revisão a cada dois anos, ajustando medidas, mas a grande preocupação é e será a eficiência energética", acrescentou. Escada da Costa reafirmou as metas a que o país se propôs: redução de 9% do consumo de energia final em 2016, redução de 20% do consumo de energia primária em 2020, sendo que para o Governo esse objectivo é de 30%, e reduzir a dependência energética do exterior para os 74%.

Como promover e avaliar a eficiência energética foi o tema apresentado por Eduardo de Oliveira Fernandes, que optou por uma intervenção "menos política" e na qual afirmou, "com orgulho", que as "energias renováveis aumentaram significativamente a eficiência energética do país". O professor catedrático diferenciou o conceito de eficiência energética do de gestão de procura e alertou que não será possível fazer-se um plano para a eficiência energética que não envolva as cidades.

Num painel moderado pela presidente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Teresa Ponce de Leão, foi ainda debatida a temática da

eficiência energética na Administração Pública (Ana Oliveira, DGEG), nos edifícios habitacionais e de escritório (Fátima Alpalhão, ADENE) e na iluminação pública (Luís Fernandes, RNAE).

O planeamento energético voltou a discussão pelas palavras de Jerónimo Cunha, DGEG, que fez uma breve análise dos dois planos estratégicos do sector e dos objectivos assumidos. Sobre as renováveis, o representante da DGEG deu como garantido o cumprimento da meta de 20% em 2020, o que deu o impulso para a apresentação do presidente da APREN, Sá da Costa: "não nos podemos esquecer da fábula da lebre e da tartaruga e, com as decisões deste Governo, não vamos chegar lá. Nada está a ser feito no aquecimento e arrefecimento, só na electricidade", alertou. Para o responsável, é crucial "fazer perceber os governantes e os consumidores dos impactos que as renováveis têm". Já em tempo de debate com a audiência, Oliveira Fernandes alertou para o facto de "não haver um planeamento energético em Portugal" e Teresa Ponce de Leão concluiu: "precisamos da eficiência energética e precisamos das renováveis!".

Normas, incentivos de investimento e internacionalização das empresas na área da energia foram os temas escolhidos para a sessão da tarde, num debate moderado por António Eira Leitão (Hidroerg). No que respeita à internacionalização, José Vital Morgado, presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), destacou o crescente interesse dos empresários pelos temas energéticos, assim como a actual mudança geopolítica que torna os mercados emergentes mais atractivos para Portugal. No sentido de ilustrar casos de sucesso de empresas que se internacionalizaram, a APEMETA convidou ainda José Morais da Coba e Pedro Domingues da Efacec. ■